

DIÁRIO ELETRÔNICO DO CNMP



CADERNO PROCESSUAL

EDIÇAO № 89| DISPONIBILIZAÇAO: Segunda-feira, 22 de maio de 2023 | PUBLICAÇAO: Terça-feira, 23 de maio de 2023

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3 Edifício Adail Belmonte Brasília - DF - CEP: 70070-600 Telefone: (61) 3366-9100 www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO	
Presidência	1
Secretaria Geral	22
Plenário	24
Corregedoria Nacional	27

PRESIDÊNCIA

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 8ª Sessão Ordinária de 2023

Dia: 30/05/2023 Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 - Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I

1) Aprovação da Ata da 7ª Sessão Ordinária (09/05/2023).

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

1) Pedido de Providências n° 1.00448/2020-75

> Misael Silva Noqueira Requerente:

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de

membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e

auxílios ao subsídio.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem:

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

2) Proposição n° 1.00415/2021-60

> Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da Interessados:

> República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério





Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional

de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do

Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

3) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 - PGJ/RN.

Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da

referida Resolução. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Rio Grande do Norte

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

4) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00645/2020-85

Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas

Interessado: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP

Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256

Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos.

Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em

cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Alagoas

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

5) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58

Requerente: Cristiano Zanin Martins

Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal Interessado: Membro do Ministério Público Federal

Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho –

OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742

Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-

00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público

Federal, que determinou o arquivamento da representação.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Cons. Daniel Carnio Costa

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

6) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00347/2022-66

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará

Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte - OAB/PA n° 23.621; Daniel Konstadinidis - OAB/PA n°

9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n° 21.233

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará



Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral.

Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional.

Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Pará

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

7) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27

Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à

criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

8) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03

Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda

Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama

Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos

do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da

infância e juventude.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

9) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00247/2021-30

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº 101, aprovada

pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos membros do Ministério Público do Estado da

Bahia. Pedido liminar.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Bahia

Vista: Cons. Moacyr Rey Filho

Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

10) Proposição n° 1.00593/2022-45 (Embargos de Declaração)

Embargante: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, § 1º,

inciso II, da Resolução CNMP nº 223/2020, para suprimir locução do texto original e permitir que os valores das participações obrigatórias dos beneficiários possam ser objeto de

ressarcimento.



Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Pedido de Vista na 17^a Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

11) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00706/2022-76

Requerente: Beatriz Kicis Torrents de Sordi
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Comissão de Infância e Juventude

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Controle. Recomendação nº 1/2022. 5ª Promotoria

de Justiça de Eunápolis/BA. Adoção de medidas pelo Conselho Tutelar de Eunápolis, Itagimirim e Itapebi, pela Secretaria Municipal de Educação e por unidades de ensino públicas e privadas. Obrigatoriedade da imunização das crianças de 5 a 11 anos contra a

Covid-19.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Bahia

Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedidos de Vista na 18^a Sessão Ordinária de 2022 (29/11/2022)

12) Reclamação Disciplinar n° 1.00172/2021-60 (Processo Sigiloso)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público Requerido: Membro do Ministério Público Federal

Advogados: Fernando Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; André Fonseca Roller – OAB/DF nº

20.742; Felipe de Oliveira Mesquita - OAB/DF 34.673

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Mato Grosso do Sul

Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

13) Sindicância n° 1.00617/2022-39 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas

Advogados: Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG n.º 101473; Aline Auzier Franca – OAB/AM n.º 17.230;

Ana Luiza Moraes Rebouças - OAB/AM n.º 5.891

Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do

Amazonas.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Amazonas

Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

14) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00929/2022-05 (Recurso Interno) (Apenso: Processo n°

1.00938/2022-98)

Recorrente: Marcos Antonio Ferreira das Neves Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo

Conselho Superior do Ministério Público. Declaração de suspeição de membro para atuar na condição de integrante do Colégio de Procuradores de Justiça. Processo nº 037/2021-CPJ. Arquivamento do Inquérito Civil nº 000029-009/2020. Notícia de Fato Nº 000441-151/2021.

Pedido liminar.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Pará

Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato



15) Proposição n° 1.00328/2018-90

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a

impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria

voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

16) Proposição n° 1.00509/2018-25

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5°, do RICNMP. Competência do

Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de

controle.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Distrito Federal

17) Proposição n° 1.00891/2018-03

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários

Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do

Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes.

Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

18) Proposição n° 1.00461/2019-18

Requerente: Lauro Machado Nogueira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos

oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

19) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Margaret Matos de Carvalho

Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli

Alves Rodrigues - OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos - OAB/DF n.º 21203; Pedro

Henrique Fernandes Rodrigues - OAB/DF n.º 42.804

Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99.

Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

20) Proposição n° 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos

membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou

privados emissores de pareceres técnicos.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal



Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

21) Reclamação Disciplinar n° 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do

Estado de Santa Catarina

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado

de Santa Catarina.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Santa Catarina

Incluído na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

22) Reclamação Disciplinar n° 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal

Advogados: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF nº 15.774/DF, Bruna Cabral Vilela Bonomi – OAB/DF nº

43.447; Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF nº 59118.

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Paraná

Incluído na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

23) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)

Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do

Ministério Público: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho

Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5° ao art.

1°, da Resolução CNMP n° 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e

similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

24) Proposição n° 1.00138/2022-02

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da

República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério

Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1° da Resolução

CNMP n° 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18

Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins

Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará



Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo

comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e

Defesa da Habitação, Indeferimento, Pedido de liminar.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

26) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)

Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de

atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031-2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade

São Francisco do Aruã, Gleba Nova Olinda, PEAEX Aruã/Santarém.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2022 (13/09/2022)

27) Proposição n° 1.00220/2019-05

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração das Resoluções n.º 20/2007, n.º

129/2015 e n.º 181/2007. Adequação às disposições do art. 53, do Estatuto da Igualdade

Racial e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

28) Proposição n° 1.00708/2019-32

Requerente: Dermeval Farias Gomes Filho

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Fiscalização de

verbas do Fundo Penitenciário Nacional. Ações dirigidas à ampliação de ofertas de vagas do

sistema prisional.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

29) Proposição n° 1.00139/2022-58

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da

República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do

Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução nº 154, de 13 de

dezembro de 2016, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa

permanência e dá outras providências.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Distrito Federal

30) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00433/2022-32

Requerente: Kennedy Carvalho Bezerra

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão proferida pelo Conselho

Superior do Ministério Público, que converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno do processo 01.2021.00016033-0 à origem. Desrespeito à independência funcional

do requerente. Pedido liminar.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos



Origem: Ceará

31) Proposição n° 1.00653/2022-00

Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da

República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do

Brasil; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, inciso

I, da Resolução CNMP nº 20/2007. Redução do número de visitas ordinárias na atividade de

controle externo da atividade policial.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

32) Proposição n° 1.00634/2022-67

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Diretrizes para realização

de videoconferência no âmbito do Ministério Público.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 16ª Sessão Ordinária de 2022 (25/10/2022)

33) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00708/2021-93

Requerente: Angelo Goulart Villela

Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF

n.º 36482

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº

1.00.002.000042/2017-21. Decisão do Conselho Superior do MPF.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

34) Proposição n° 1.01297/2021-90

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no

âmbito do Ministério Público, da tutela coletiva de segurança pública e do controle externo

da atividade policial.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

35) Proposição n° 1.01301/2021-92

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no

âmbito das unidades e ramos do Ministério Público, da tutela coletiva das políticas públicas de execução penal e da atividade de fiscalização dos estabelecimentos penais efetuadas

pelos seus membros.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00708/2022-83 (Recurso Interno)

Recorrente: Alan Johnnes Lira Feitosa





Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos certames de promoção e de remoção.

Aplicação das regras de antiguidade na entrância. Protocolo nº 59.998/2018. Pedido de reconsideração de decisão do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do

Pará. Pedido Liminar

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Pará

37) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00978/2022-76

Requerente: Ângelo Goulart Villela

Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF

n.º 36482

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. PAD 1.00.002.000050/2018-59. Alegação de nulidade.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

38) Reclamação Disciplinar n° 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)

Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista

Recorridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva – OAB/SP n.º

351939; Marcio Fernando Elias Rosa - OAB/SP n.º 83.744; Carlos Mohn Roller - OAB/DF

nº 62.938

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Paraná

39) Pedido de Providências nº 1.00642/2021-04

Requerentes: Belivaldo Chagas Silva; Camilo Sobreira de Santana; Flavio Dino de Castro e Costa; João

Azevedo Lins Filho; José Renan Vasconcelos Calheiros Filho; José Wellington Barroso de Araujo Dias; Maria de Fátima Bezerra; Paulo Henrique Saraiva Câmara; Rui Costa dos

Santos

Advogados: Ricardo de Lima Sellos – OAB/MA n.º 8386; Rodrigo Maia Rocha – OAB/MA n.º 6469

Requeridos: Lindora Maria Araujo; Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Determinação de redistribuição do Procedimento Administrativo

nº 1.00.000.005524/2020-93 ao órgão ministerial competente. Apuração da utilização de recursos públicos federais repassados aos Estados para o combate à pandemia causada pelo vírus da COVID-19. Suspensão imediata da prática de qualquer ato pela Reclamada no

referido procedimento administrativo. Violação ao princípio do Promotor Natural.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

40) Conflito de Atribuições n° 1.01043/2022-61

Requerente: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares

Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de

atribuição. Notícia de Fato n.º 1.11.001.000093/2022-47. Apuração de irregularidades em

barragem sem licença ambiental no Município de Batalha/AL.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Distrito Federal

Incluídos na 19ª Sessão Ordinária de 2022 (19/12/2022)

41) Reclamação Disciplinar nº 1.00422/2019-93 (Pedido de Revisão)

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva





Requeridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF n.º 52.810

Objeto: Pedido de revisão de decisão monocrática proferida pela Corregedoria Nacional do

Ministério Público que determinou o arquivamento de reclamação disciplinar instaurada em

desfavor de membros do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

42) Reclamação Disciplinar nº 1.00490/2019-06 (Recurso Interno)

Recorrente: Associação Brasileira de Juristas pela Democracia

Advogados: Rivadavio Anadão de Oliveira Guassu - OAB/DF n.º 41777; Raimundo Cezar Britto Aragão -

OAB/DF n.º 32147-B; Nuredin Ahmad Allan - OAB/PR n.º 37.148-A

Recorridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF n.º 52.810

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

43) Reclamação Disciplinar n° 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)

Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.

Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR n.º 29201 Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do

Estado do Paraná.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

44) Reclamação Disciplinar nº 1.00741/2021-96 (Recurso Interno)

Recorrente: Cristiano Zanin Martins

Advogados: Lyzie de Sousa Andrade Perfi – OAB/SP n.º 368980; Eduardo Ramos Junior – OAB/SP n.º

304887; Maria de Lourdes Lopes – OAB/SP n.º 77513; Eliakin Tatsuo Yokosawa Pires dos Santos – OAB/SP n.º 386266; Guilherme Queiroz Gonçalves – OAB/DF n.º 37961; Victor Lugan Rizzon Chen – OAB/SP n.º 448673; Valeska Teixeira Zanin Martins – OAB/SP n.º 153720; Ari Crispim dos Anjos Junior – OAB/SP n.º 256825; William Gabriel Waclawovsky –

OAB/SP n.º 373933

Recorridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogados: Andre Fonseca Roller - OAB/DF n.º 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho -

OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita - OAB/DF n.º 34.673; Carlos Mohn Roller -

OAB/DF nº 62.938

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Rio de Janeiro

45) Reclamação Disciplinar n° 1.01351/2021-15 (Recurso Interno)

Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil

Advogados: João Augusto Soares Viegas – OAB/AL n.º 8814; Diego Luiz de Araújo Cavalcanti Duca –

OAB/AL nº 10115

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas Advogado: Lucas Almeida de Lopes Lima – OAB/AL n.º 12.623

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado

de Alagoas.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Alagoas

46) Proposição n° 1.00225/2022-24

Requerente: Rinaldo Reis Lima

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração do Regimento Interno do CNMP.





Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013. Aumento da duração do Plenário Virtual.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

47) Reclamação Disciplinar nº 1.00608/2022-48 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Corregedoria Geral do Ministério Público

do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito

Federal e Territórios.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Distrito Federal

Incluídos na 1ª Sessão Ordinária de 2023 (14/02/2023)

48) Proposição n° 1.00278/2021-28 (Apenso: Processo n° 1.00713/2021-60)

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da

República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Critérios para promoção e

remoção por merecimento e para permuta entre membros do Ministério Público,

consolidando as Resoluções nº 2/2005, e nº 215/2020.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

49) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00951/2022-00

Requerente: Marcelo Auday de Pinho

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Decisão. Procedimento 2022.012312.

Concessão de dois vencimentos por comprovado acidente de trabalho. Indeferimento do procedimento 2019.026614. Ausência de justificativa com respaldo legal. Pedido liminar.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Amazonas

Incluídos na 3ª Sessão Ordinária de 2023 (14/03/2023)

50) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2020-85

Requerente: Misael Silva Nogueira

Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades

no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Amapá

51) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00494/2020-83

Requerente: Misael Silva Nogueira

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde.

Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Amazonas

52) Reclamação Disciplinar n° 1.00253/2022-50 (Recurso Interno)

Recorrente: Alexandre Apra de Almeida

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso





Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de

Mato Grosso.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Origem: Mato Grosso

53) Conflito de Atribuições nº 1.01153/2022-41

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo Requerido: Procuradoria da República – São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de

atribuição. Inquérito Policial nº 0030450-33.2018.8.26.0506. Apuração de possível crime perpetrado por representante legal da empresa Atual Clean Serviços Ltda. Preenchimento ilícito de guias de recolhimento do FGTS, objetivando comprovar pagamento das contribuições

previdenciárias.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2023 (28/03/2023)

54) Procedimento Avocado nº 1.01100/2018-17

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogados: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa - OAB/BA nº 11.024; Ricardo Lula Machado -

OAB/BA nº 13.522

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar nº

003.0.5540/2017. Imputação de práticas de crimes de falsidade ideológica e estelionato,

dentre outros. Reclamação Disciplinar nº 1.00624/2016-00. Decisão de avocação.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Bahia

55) Pedido de Providências n° 1.00455/2020-59 (Processo Sigiloso)

Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB

Advogados: Felipe Santa Cruz – OAB/RJ nº 95.573; Alex Souza de Moraes Sarkis – OAB/RO nº 1.423;

Adriane Cristine Cabral Magalhães – OAB/AM nº 5.373; Bruno Dias Cândido – OAB/MG nº 116.775; Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF nº 39.915; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF nº 19.979; Bruno Martins Lopes – OAB/DF nº 31.490; Bruna Regina da Silva Dadá Esteves – OAB/DF nº 42.981; Verena de Freitas Souza – OAB/DF nº 32753 e Francimeire Hermosina

de Brito – OAB/DF nº 37.576

Requerido: Ministério Público Federal Interessado: Deltan Martinazzo Dallagnol

Objeto: Ministério Público Federal. Atuação. Conduta nos trabalhos exercidos por membros do

Ministério Público Federal. Força Tarefa Lava-Jato. Irregularidades em diligências realizadas.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

56) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01302/2022-36

Requerente: André Guilherme Tavares de Freitas

Advogado: Albert da Hora Alves – OAB/RJ nº 203929

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Advogada: Gabriela Marcondes Dornellas – OAB/DF nº 71.302

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Revisão de Processo Disciplinar. Processo

Disciplinar SEI nº 20.22.0001.0009258.2020-28 (MPRJ nº 2019.00051236).

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Origem: Rio de Janeiro

57) Conflito de Atribuições n° 1.00169/2023-81

Requerentes: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região/ES

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do



Espírito Santo. Procuradoria Regional do Trabalho 17ª Região – Vitória. Promotoria de Justiça Civil de Serra. Conflito Negativo de Atribuições. NF 000215.2023.17.000/0. OUV2023109662. Apura denúncia anônima de demissão em massa de servidores temporários lotados no Hospital Estadual Dório Silva, em razão da nova gestão assumida pela Fundação Inova Capixaba.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Origem: Espírito Santo

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2023 (25/04/2023)

58) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00882/2021-63 (Embargos de Declaração)

Embargante: Marcela Christine Ferreira de Melo Castelo Branco Advogado: Daniel Coutinho da Silveira – OAB/PA nº 11595 Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Instrumentalização de sua atuação funcional

em fundamentos ideológicos e desviando-se do atendimento do interesse público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP n° 1.00305/2021-80. Portaria CNMP-CN n°

34/2021.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Pará

59) Proposição n° 1.00865/2022-25

Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da

República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do

Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Estabelecimento de

diretrizes para as atividades de auditoria interna no Ministério Público.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Distrito Federal

60) Conflito de Atribuições nº 1.01093/2022-94

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio Grande do

Norte. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.0000864/2022-8 (SEI nº 29.0001.0180570.2022-20). Apuração de possível fraude contra consumidores, por parte da

empresa desenvolvedora de jogos "Mafatech Corp. Ltd".

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: São Paulo

61) Conflito de Atribuições n° 1.01254/2022-30

Requerente: Procuradoria da República – Goiás/Aparecida de Goiânia

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito

negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.18.000.000759/2022-16. Apuração de supostas irregularidades praticadas pela Prefeitura Goiânia/GO na execução do Contrato de Financiamento nº 0529.115-83, firmado com a Caixa Econômica Federal no âmbito do FINISA

Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Goiás

62) Conflito de Atribuições nº 1.00032/2023-27

Requerente: Ministério Público do Estado do Acre Requerido: Procuradoria da República – Acre

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público Federal. Conflito negativo de

atribuição. Notícia de Fato SAJ/MP n.º 01.2022.00001359-9 (338/2022-83). Ofício nº 125/2022-MPF/PRAC/GRABPR5. Apuração a respeito do alcance da legislação brasileira à empresa





Twitch Interactive, subsidiária da empresa Amazon.com.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Acre

63) Conflito de Atribuições n° 1.00134/2023-70

Requerente: Procuradoria da República – Bahia Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de

atribuição. Inquérito Civil nº 1.14.004.000395/2021-01 (IDEA n.º 003.9.179720/2018). Apuração de possíveis irregularidades na contratação da empresa LC CONSULTORIA pela Prefeitura

Municipal de Piritiba/BA, no exercício financeiro de 2017.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão Ordinária de 2023 (09/05/2023)

64) Proposição n° 1.01010/2021-77

Requerente: Rinaldo Reis Lima

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução

CNMP nº 181/2017, de modo a adequar a normativa afetada pela Lei nº 13.964/2019.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

65) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)

Embargante: Sigiloso

Embargado: Membro do Ministério Público Federal

Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita - OAB/DF nº 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho -

OAB/DF n° 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n° 20.742

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

66) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.01104/2022-

72

Requerente: Catarina Von Zuben

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Solicitação de indenização de períodos de férias não gozadas.

Indeferimento sob alegação de intempestividade dos requerimentos. Alegação de descumprimento aos julgados dos Processos nº 256/2006-11, 370/2008-11, 652/2006-48,

1352/2012-24, Recursos Internos em RCA 18/2009-58 e 34/2009-41, e 1.00447/2017-70.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: São Paulo

67) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01283/2022-10

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Interessados: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará; Pedro Casimiro Campos de Oliveira

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº

09.2021.00000266-5. Decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do

Ministério Público do Estado do Ceará (OECPJ/MPCE).

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Ceará

68) Proposição nº 1.00257/2023-65

Requerente: Jaime de Cassio Miranda

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação aos ramos e às

unidades do Ministério Público brasileiro. Adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para a cobrança da pena de multa prevista no art. 5º, inc. XLVI, alínea c, da Constituição Federal de

1988 e no art. 49, do Código Penal Brasileiro, e outras providências.



Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior Relator:

Distrito Federal Origem:

Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00275/2023-47

Alisson Renato Medeiros de Araújo; Bruno Escórcio Cerqueira Barros; Emilio Alberto Araújo Requerentes:

> Junges; Fidelcastro Dias de Araujo; Gilberto Rodrigues Martins; Izabel Delesporte Rosado; Lara Carolina de Souza Mendonca; Lorran Olivier Freitas Neves de Souza; Lucas Ribas Isa; Luciana Janaina Fagundes; Marina Banha Picanco de Souza; Marina Martins Maneschy;

Rhuan Padua Sales Martins; Roberto Rocha Saboia

Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima

Objeto: Ministério Público do Estado de Roraima. 10º Concurso para Promotor de Justiça do Estado de

> Roraima. Edital nº 02/2022. Solicita reinclusão dos candidatos que constavam como aptos e foram excluídos do certame, devido a alterações do edital, que ocorreram após aplicação das provas discursivas. Pedido de suspensão do concurso até a regularização da lista de

convocados para as próximas fases. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Roraima

Conflito de Atribuições nº 1.00296/2023-90 (Processo Sigiloso)

Procuradoria da República - Minas Gerais Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais Requerido:

Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Objeto:

Gerais. NF/MPF 1.22.000.000834/2023-05. SEI MPMG nº 19.16.2187.0141864/2022-74 e NF nº 0024.22.019107-6. Conflito Negativo de Atribuições. Apura ataques e ameaças proferidos em rede social contra Deputado Federal que, a época dos fatos, não ocupava cargo público.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Minas Gerais

Conflito de Atribuições nº 1.00333/2023-97 71)

Procuradoria da República - Maranhão Requerente: Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão.

Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.004.000030/2023-53. Notícia de Fato MP/MA nº 000002-257/2013. Apuração de irregularidades cometidas pelo Prefeito do Município de Bacabal/MA. Ausência de pagamento do abono (rateio das sobras do FUNDEB) aos

professores e servidores da educação do mencionado Município.

Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves Relator:

Origem: Maranhão

Processos desta Sessão (30/05/2023)

Pedido de Providências nº 1.00260/2021-44 (Processo Sigiloso)

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Mato Grosso do Sul Requerente: Tiago Koutchin Ovelar Rosa Vitoriano - OAB/MS nº 14707 Advogado: Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF nº 39915; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF nº 19.979 Advogados: Objeto:

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Proibição de acesso às dependências do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) com aparelho celular.

Prejuízo à atividade profissional de advogados. Pedido de liminar.

Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira Relator:

Origem: Mato Grosso do Sul

Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00739/2021-80 (Processo Sigiloso)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Examinar os termos dos Acordos de

Cooperação Técnica nº 84/2015 e nº 59/2016, celebrados entre o Ministério Público do Estado

de Santa Catarina e a SEF/SC. Acórdão proferido no PCA CNMP nº 1.00168/2020-58.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa



Origem: Santa Catarina

74) Procedimento Avocado nº 1.01165/2021-03 (Embargos de Declaração)

Embargante: Alessandra Garcia Marques

Advogados: Marcus Venicius Nunes da Silva - OAB/AC nº 3886; Alessandro Callil de Castro - OAB/AC nº

3.131

Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Procedimento Avocado. Procedimento Administrativo

Disciplinar nº 10.2020.00000063-0. Acórdão proferido na Reclamação Disciplinar CNMP nº

1.00601/2021-72.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Acre

Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00461/2022-69

Requerente: José Luiz Acatauassú Bittencourt

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Interessado: Flávia Figueiredo Roxo

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Concurso de remoção para a 4ª Promotoria de

Justiça Cível e de Família de Jacarepaguá. Promotor de Justiça figurando cinco vezes alternadas na lista de merecimento. Indeferimento de recurso. Alegação de ausência de

previsão legal.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Rio de Janeiro

76) Pedido de Providências nº 1.00763/2022-82 (Embargos de Declaração)

Embargante: Bahia Terminais S/A

Advogados: Adriano Figueiredo de Souza Gomes – OAB/BA nº 32.385; Daniel Farias Cavalcante Martins –

OAB/BA nº 66.302

Embargado: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação

Fiscal e aos Crimes de Contra a Ordem Tributária – GAESF. SEI nº 19.09.02347.0002051/2022-12. Procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº 8138374-07.2021.8.05.0001. Fornecimento de informações requeridas. Descumprimento da Resolução CNMP nº 181/2017. Regulamentação de período de guarda de informações suscetíveis de

requerimento via Lei de Acesso à Informação. Resolução CNMP nº 89/2012.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Bahia

77) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00858/2022-41

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Advogado: Helio Nishiyama – OAB/MT nº 12.919

Interessado: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Processo Administrativo Disciplinar.

Conforme informações colhidas na Revisão de Processo Disciplinar CNMP nº 1.00874/2021-

26. Portaria CNMP-AFFC Nº 04/2022.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Origem: Mato Grosso

78) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00955/2022-16

Requerente: Daniel Barreto Rodrigues

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Interessado: Leonardo Liberatti

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relata cerceamento do direito de defesa, afronta

ao princípio do devido processo legal e restrição de acesso aos autos da Sindicância Administrativa nº 05/2020, instaurada em desfavor de oficial de promotoria e com base de

fundamentação na Reclamação Disciplinar nº 1.00361/2020-43. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Origem: São Paulo



79) Conflito de Atribuições nº 1.01098/2022-62

Requerente: Procuradoria da República – São Paulo Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de

atribuição. Notícia de Fato nº 1.34.001.005711/2022-41. Apuração de suposta irregularidade praticada pela Universidade Anhembi Morumbi consistente em aplicar conteúdo programático em descompasso com o que foi estabelecido em seu plano de ensino e com a grade do curso

de arquitetura.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Origem: São Paulo

80) Pedido de Providências n° 1.00111/2023-10 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ivanilson Portela Leao

Embargado: Ministério Público do Estado de Sergipe

Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Procedimento nº 11.22.01.0116. Solicita declaração

de nulidade de decisão de homologação de arquivamento adotada pelo Conselho Superior do

Ministério Público do Estado de Sergipe. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Sergipe

81) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00123/2023-71

Requerente: Antonio Henrique de Amorim Cadete Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas

Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Procedimento Administrativo no

1.11.000.001111/2022-18. Condenação de Promotor de Justiça por improbidade administrativa no bojo da Ação Civil de Improbidade Administrativa no 0000592-58.2012.8.02.0045. Possível impedimento de exercício da função eleitoral, perante o Juízo da 16ª Zona Eleitoral de Alagoas.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Alagoas

82) Pedido de Providências nº 1.00179/2023-26

Requerente: Angela Carolina Pace Coelho

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Atuação. Promoção de arquivamento.

Procedimento 37.0739.0000533/2023-6. Apuração acerca da atuação de membro na Comarca

de Campinas/SP.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Origem: São Paulo

83) Proposição n° 1.00210/2023-00

Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da

República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Estabelecimento de

parâmetros gerais para a contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar no âmbito dos ramos e unidades do Ministério

Público, nos termos do art. 25, § 9°, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

84) Conflito de Atribuições nº 1.00251/2023-33

Requerente: Ministério Público do Estado da Paraíba Requerido: Procuradoria da República – Paraíba

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Ministério Público Federal no Estado da Paraíba.

Promotoria de Justiça de São José de Piranhas. Procuradoria da República de Sousa. Conflito Negativo de Atribuições. Notícia de Fato nº 039.2023.000261. Apura suposto crime de racismo, mediante manifestações xenofóbicas contra o povo nordestino, praticado no âmbito das redes



sociais em perfil aberto.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Paraíba

85) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00254/2023-02 (Recurso Interno)

Recorrente: Regina Perrotta

Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Denúncia face à Prefeitura de Paranavaí e

funcionários públicos, referente a suposto mau uso de dinheiro público e ausência de prestação de informações no Portal da Transparência. Alegação de inércia por parte do

Parquet estadual.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Paraná

86) Conflito de Atribuições nº 1.00290/2023-68

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa

Catarina. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.33.001.000088/2020-13. Notícia de Fato nº 01.2020.00005148-5 – 13º PJ/BLU. Apuração de irregularidades ambientais na aprovação da construção da sede do empreendimento denominado Planetapéia, em decorrência do distanciamento aproximado de 25 (vinte e cinco) metros das margens do Rio

Itajaí-Açu. Município de Blumenau/SC.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Santa Catarina

Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00305/2023-60

Requerente: Flavio Teixeira de Abreu Junior

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Interessados: Ari Martins Alves Filho; Flavia Gomes Cordeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Impugnação de atos do Conselho Superior. Cancelamento da Resolução CSMP nº 02/2022 e anulação do julgamento do Edital nº 06/2023.

Remoção por merecimento. 38ª Promotoria de Justiça de José de Freitas/PI. Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000113-226/2023 (SEI nº 19.21.0329.0002293/2023-73).

Pedido Liminar.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Piauí

88) Conflito de Atribuições nº 1.00307/2023-78

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio Grande do

Norte. 18ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital. 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal. SEI MPSP nº 29.0001.0052861.2023-04. NF MPRN nº 38.0001.0000849/2023-2. Conflito Negativo de Atribuições. Apura uso irregular de dados pessoais de terceiro para contratar seguro de uma bicicleta e de um celular, além de possível simulação de roubo para recebimento do valor da apólice. Seguradora sediada em São Paulo/SP. Atos ocorridos em

Natal/RN.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho Origem: Rio Grande do Norte

89) Conflito de Atribuições nº 1.00324/2023-04

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito

negativo de atribuições. Notícia de Fato nº MPPR 0046.22.136888-2. MP SAJ nº 08.2017.00142563-0. Apuração de crime de estelionato. Suposta negociação de dívidas com o

Banco BV Financeira S/A.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira



Origem: Paraná

90) Conflito de Atribuições n° 1.00326/2023-03

Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito

negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.23.006.000105/2022-72. Notícia de Fato MP/PA nº 000021-140/2022. Irregularidades no uso de recurso do Fundo de

Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Prefeitura do Município de Ourém/PA.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Pará

91) Conflito de Atribuições nº 1.00329/2023-74

Requerente: Procuradoria da República - Pernambuco Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de

Pernambuco. Procuradoria da República Polo Cabo de Santo Agostinho/Palmares. NF 1.26.008.000134/2022-11. 2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca. IC nº 02301.000.056/2020. Conflito Negativo de Atribuições. Apuração de suposta malversação de verbas públicas federais provenientes do Programa de Financiamento de Infraestrutura e Saneamento - FINISA, obtido junto à Caixa Econômica Federal, para a estruturação do

Mercado de Camela, localizado no município de Ipojuca - PE.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Pernambuco

92) Conflito de Atribuições nº 1.00331/2023-80

Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de

atribuição. Notícia de Fato: 1.22.000.000399/2023-19. Referente a Acórdão nº 2765/2022-TCU – Plenário, prolatado nos autos TC 032.178/2017-4, que tratou da análise do requerimento do Congresso Nacional para realização de fiscalização e auditoria na Susep em sua função reguladora e fiscalizadora do DPVAT, a fim de apurar eventuais falhas que possam ter concorrido para a ocorrência das fraudes detectadas pela "Operação Tempo de Despertar" e indicação de práticas que levem a maior transparência da gestão dos recursos recolhidos dos

cidadãos.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Minas Gerais

93) Pedido de Providências nº 1.00348/2023-00

Requerente: Soraya Maria Campos

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Pedido de providências quanto à demora no

atendimento à solicitação da requerente realizada em um dos canais de comunicação

disponibilizados pelo MPPR. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Paraná

94) Conflito de Atribuições nº 1.00350/2023-15

Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo/Serra

Interessado: Promotoria de Justiça de Fundão

Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Ministério Público Federal no Estado do

Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Processo nº 5025766-43.2019.4.02.5001. IPL nº 2019.0007811-SR/PF/ES. Autos MPES 0000317-21.2020.8.08.0059 (Gampes 2023.0004.1649-70). Apuração de notícia de prática do crime de roubo majorado que vitimou

agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Espírito Santo



95) Conflito de Atribuições n° 1.00351/2023-79

Requerente: Ministério Público Eleitoral

Requerido: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público Eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público Federal. Conflito

negativo de atribuição. Inquérito Policial nº 5009155-83.2021.4.04.7104/RS. Apuração de possível crime de falso testemunho, nos autos da Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 10001100 100

0000480-19.2016.6.21.0.100, que tramitou perante a 100^a Zona Eleitoral de Tapejara/RS.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Rio Grande do Sul

96) Conflito de Atribuições n° 1.00352/2023-22

Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas Requerido: Procuradoria da República – Amazonas

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Ministério Público Federal no Estado do Amazonas.

Conflito negativo de atribuições. Autos MP/AM nº 001.2023.000121. Inquérito Civil nº 1.13.000.001200/2018-11. Apuração de supostas irregularidades praticadas por parte da Prefeitura de Manicoré, da Caixa Econômica Federal e de suas empresas terceirizadas no tocante à construção e à habitabilidade dos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Amazonas

97) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00353/2023-86

Requerente: Marco Aurelio Silva Ferreira

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Notícia de Fato n. 43.0431.0000171/2022-2 (SEI nº

29.0001.0263803.2022-25). Suposta ocorrência de danos ao patrimônio público por omissão

na responsabilização administrativa de agentes. Irresignação com arquivamento.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: São Paulo

98) Conflito de Atribuições nº 1.00363/2023-20

Requerente: Procuradoria da República - Rio de Janeiro Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de

Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.001862/2023-50. Procedimento MPRJ 2023.00316912 (Inquérito Policial nº 218-00258/2023). Apuração de possível prática de ilícito penal a partir de notícia de suposta apologia ao crime de terrorismo

em rede social com postagens ameaçadoras de atentados.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Rio de Janeiro

99) Conflito de Atribuições n° 1.00364/2023-84

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Paraná.

Conflito negativo de atribuições. Procedimento MPRJ n.º 2023.00135776. Notícia de Fato nº MPPR-0046.22.106147-9. Apuração de crime de estelionato. Irregularidades na realização de

empréstimo consignado sem o consentimento do consumidor no Banco do Brasil S/A.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Paraná

100) Pedido de Providências nº 1.00366/2023-91 (Recurso Interno)

Recorrente: Clemente Sissinio Anezio da Silva

Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Solicita revisão da atuação da Promotoria de

Justiça de São Bernardo do Campo no bojo da NF 38.167.169/2023 (SE

29.0001.0257810.2022-40).

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: São Paulo





PUBLICAÇÃO: Terça-feira, 23 de maio de 2023

101) Pedido de Providências nº 1.00379/2023-05 (Recurso Interno)

Clemente Sissinio Anezio da Silva Recorrente:

Recorrido: Procuradoria da República - Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. NF 1.30.001.002545/2021-99. Alega

arquivamento de processo sem a devida apuração dos crimes de falsidade ideológica, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro cometidos pelos controladores das empresas Tradeway Engenharia de Sistemas Ltda, Borways Sistemas Ltda, B2D Projetos e Sistemas

Ltda e Sophos Projetos e Sistemas Ltda.

Cons. Moacyr Rey Filho Relator:

Origem: Rio de Janeiro

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público